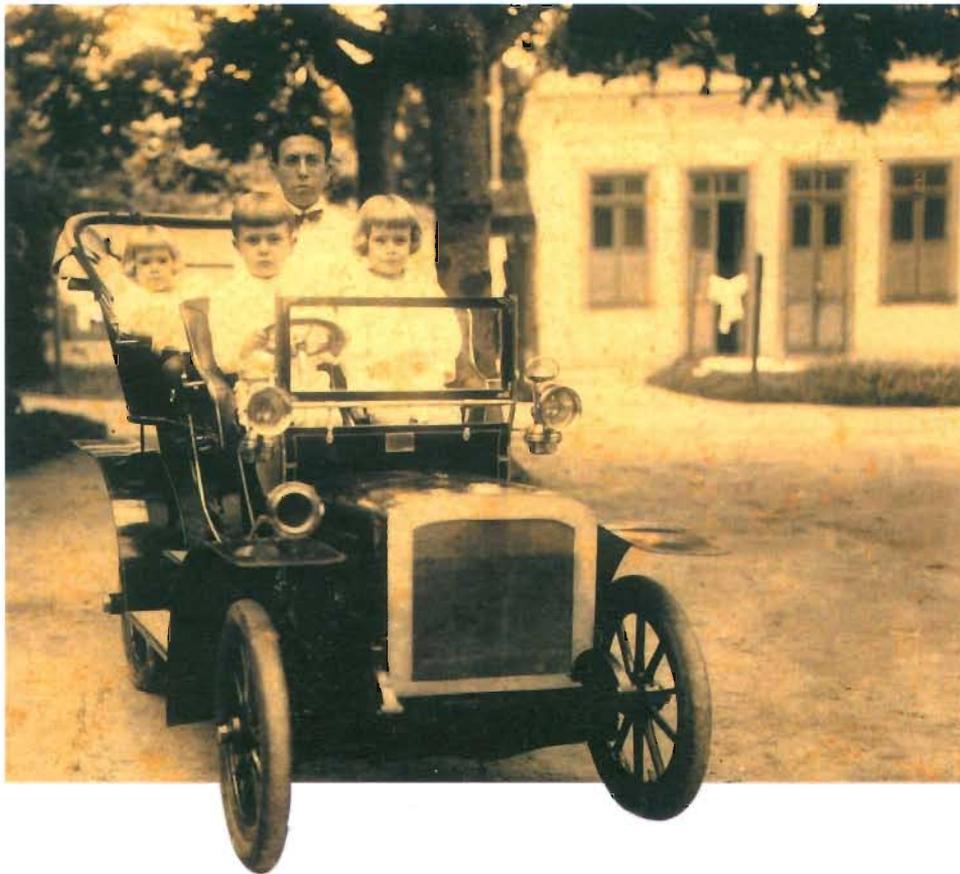


MUSEU AO VIVO

Ano XIII - nº 22 - Dezembro de 2002 a Janeiro de 2003 - Informativo do Museu do Índio/FUNAI

ISSN 1678-1309



*Família Teixeira
nos jardins do
casarão/1910.*

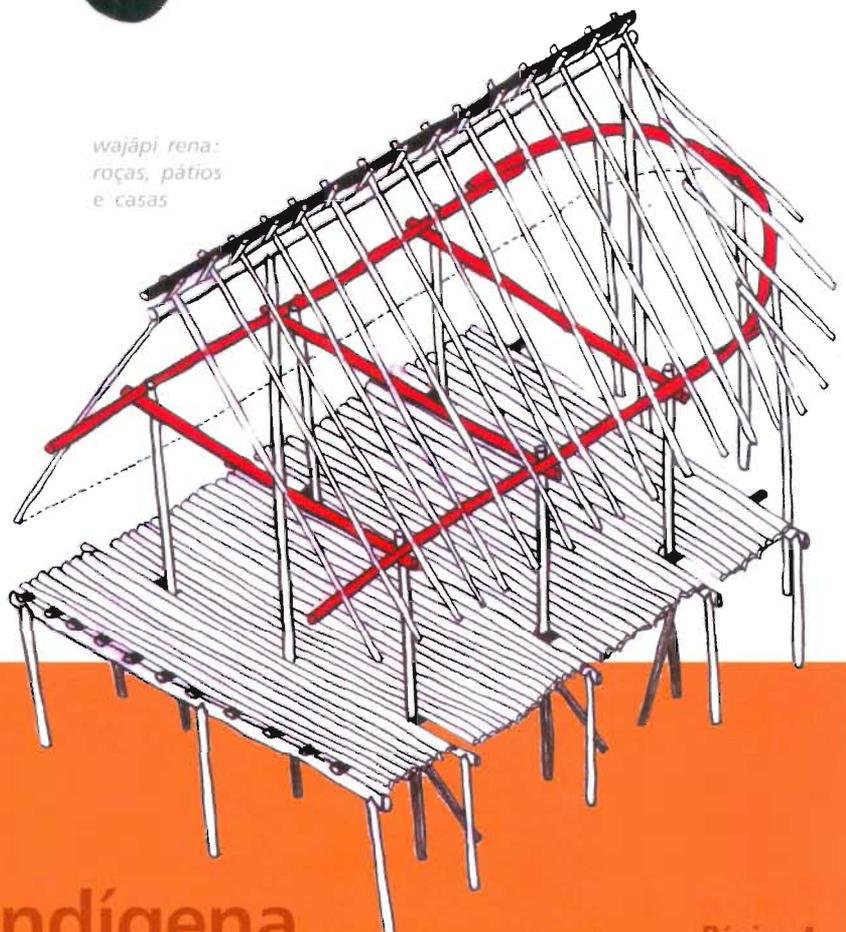
Conheça a história do prédio do Museu do Índio

Página 3

ESPECIAL
Artíndia: uma
ponte entre a
sociedade e a
cultura indígena

Página 2

*wajãpi rena:
roças, pátios
e casas*



PESQUISA



Arquitetura indígena

Página 4

2002: o desafio de preservar o patrimônio indígena

Desde agosto de 1993, a preservação do patrimônio cultural indígena e de seus direitos tornou-se prioridade para o Museu do Índio. No final de 2002, com a inscrição da arte Kusiwa no Livro de Registro de Formas de Expressão, que integra o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, a instituição avançou na implantação de uma política nacional de proteção a essas culturas.

Com a sistematização da documentação sobre os povos indígenas do Sul da Bahia, produzida pelo Serviço de Proteção aos Índios – SPI, no período de 1910 a 1967, o Museu do Índio torna público o conflito judicial mais longo envolvendo as minorias étnicas brasileiras.

A publicação pelo Museu do Índio do primeiro volume da Coleção Fragmentos da Memória do Indigenismo – *Povos indígenas no Sul da Bahia: Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu*, pretende promover uma discussão mais ampla dessa questão junto aos diversos setores da sociedade nacional. Além disso, o livro revela um dos maiores volumes documentais da instituição – cerca de 20 mil documentos, funcionando como um importante instrumento para se entender o modelo de atuação do Estado daquela época em relação às sociedades indígenas.

A Direção

MUSEU AO VIVO

Ano XIII - nº 22 - Dezembro de 2002 a Janeiro de 2003
Informativo do Museu do Índio/FUNAI

Editado pela Seção de Comunicação Social
Serviço de Atividades Culturais e Divulgação/
SACD do Museu do Índio/FUNAI

Presidente da Funai
Artur Nobre Mendes

Diretor do Museu do Índio
José Carlos Levinho

Chefe do SACD
Arliza de Almeida

Seção de Comunicação Social
Cristina Botelho (Reg. Prof. 18.678)

Redação
**Cristina Boeckel, Cristina Botelho,
Fabiane Chiesse, Rosângela Altrahão**

Pesquisa, Fotografia e Tratamento de Imagem
Gessi Stancke

Programação Visual
Bernardo Lac

Tiragem
5 mil exemplares

Rua das Palmeiras 55 - Botafogo - RJ - CEP 22270-070
comunicacao@museudoindio.org.br
www.museudoindio.org.br

Museu ao Vivo não se responsabiliza por conceitos em
matérias assinadas ou entrevistas.



Artíndia: janela para a cultura indígena

As grandes janelas envidraçadas são vitrines perfeitas para as coloridas peças trazidas dos quatro cantos do país. Minuciosamente tratados e cuidadosamente arrumados nas paredes, prateleiras e no chão, os objetos parecem transportar o visitante ao universo indígena. Bororo (MT), Karajá (TO), Wayana (PA), Wai Wai (RO), Baniwa (AM), Kaingang (PR) são alguns dos grupos que assinam os artigos em exposição e que atraem os olhares curiosos de crianças, adultos, estudantes, pesquisadores ou turistas.

É assim desde o começo. Em 2 de setembro de 1986, quando a Artíndia abriu suas portas no Museu do Índio, em Botafogo, zona sul do Rio, como uma extensão da loja que funcionava no Centro, o sucesso já era previsto. Em cerca de um ano, o ponto de venda se consolidou e ganhou autonomia com o status de filial. As peças, antes repassadas pela loja da Rua Calógeras, passaram a vir diretamente do Departamento de Artesanato da FUNAI, em Brasília. Participando dessa história desde o início, Anete Silva Ferreira de Macedo ainda lembra da inauguração, realizada por coincidência no dia de seu aniversário, e dos primeiros anos de trabalho árduo para manter o local em funcionamento. Quatro anos depois, a loja do Centro foi fechada. Tristeza de uns, alegria de outros. A loja de Botafogo ganhou uma equipe de primeira linha com o reforço da gerente Cristina Maria C.G. Pinheiro e do funcionário Wilmar Cardoso de Carvalho. O time, apesar de pequeno, é completo e joga em todas as linhas, desde a administrativa, incluindo a limpeza e estocagem das peças, até o atendimento final do cliente.

Arte indígena

Os olhos brilhando de surpresa e curiosidade, Fernando Lima, de 7 anos, corre de um canto a outro, analisando os objetos e fazendo as mais diferentes perguntas. O dia-a-dia da Artíndia é assim. Estudantes de todas as idades chegam em caravanas para conhecer o Museu e invadem a loja, admirados e desejosos de levar para casa uma lembrança dos povos indígenas. Além do rico conjunto de peças autênticas, há livros, camisetas, CDs e CD-ROMs temáticos. Um pequeno exemplo das peças que compõem o estoque da loja pode ser conhecido através do catálogo disponível no site www.museudoindio.org.br.



Decoração cuidadosa e colorida das peças seduzem os visitantes da Artíndia

Cerca de 35.500 pessoas passaram este ano pelo estabelecimento. Segundo a gerente Cristina Pinheiro, a procura pelos artigos indígenas atende a diversos interesses, desde estudantes e colecionadores até produtores de cinema e televisão, passando por editores de moda, designers, etc. Freqüentador antigo e admirador da cultura indígena brasileira, o arquiteto Chicô Gouveia é um dos clientes que estão sempre em busca de peças originais para compor seus trabalhos. Até seu escritório, no bairro do Leblon, é decorado com objetos adquiridos na Artíndia.

Para o diretor do Museu do Índio, José Carlos Levinho, apesar da administração da loja ser subordinada diretamente à FUNAI, a Artíndia tem um papel tão importante quanto qualquer outro serviço que a instituição presta e desenvolve: "A loja, hoje, se insere na estrutura do Museu como um dos instrumentos importantes do trabalho de divulgação e atendimento ao público do Museu do Índio".

Fonte de recursos

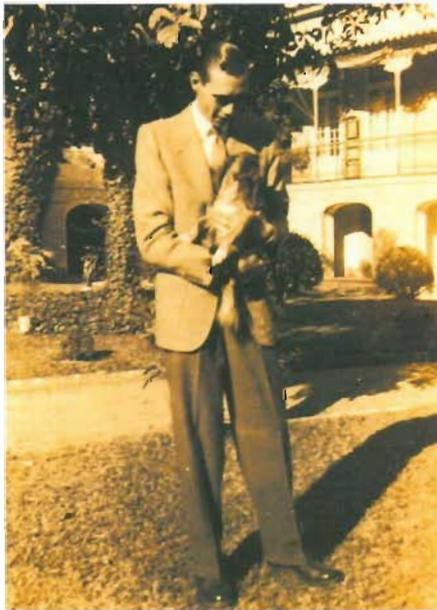
A Loja Artíndia do Museu do Índio, juntamente com outras oito espalhadas pelo país, é mantida pela Fundação Nacional do Índio. Nelas são vendidas peças compradas diretamente das comunidades indígenas. A parceria com o Programa do Departamento de Artesanato da FUNAI contribuiu para resgatar e preservar uma série de técnicas utilizadas tradicionalmente pelos índios na confecção de objetos usados no trabalho, no ambiente doméstico, no lazer e em cerimônias rituais, além de garantir uma fonte de recursos permanente para as comunidades produtoras.



O prédio do Museu do Índio guarda tantas histórias quanto o seu acervo

O casarão onde hoje se localiza o Museu do Índio é um exemplo da arquitetura neoclássica que predominou na cidade do Rio de Janeiro durante o século XIX. Este estilo veio para o Brasil com a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808, e com a abertura dos portos brasileiros às nações amigas. Acabou sendo instituído como padrão de elegância europeia que predominava na época.

De acordo com as informações contidas nos documentos pertencentes ao arquivo textual do Museu do Índio, o prédio foi construído em 1880, a pedido de um dos maiores empresários da incipiente indústria alimentícia daquele tempo, João Rodrigues Teixeira, para servir de moradia a sua família. Com o falecimento da viúva do empresário, em 1943, seus filhos decidiram vender o imóvel, que foi adquirido pela União e integrado ao patrimônio do Ministério do Interior – Minter.



Sylvio Dodsworth, em 1942, na frente do prédio

Após as necessárias reformas na área interna para que pudesse abrigar a instalação de um órgão público, a primeira entidade a ocupar o casarão foi o ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros – cuja sede foi inaugurada, em 1956, pelo então presidente Juscelino Kubitschek. Até 1964, quando foi extinto, o ISEB funcionou neste local.

João Rodrigues Teixeira, único proprietário particular do casarão



Ex-morador do casarão visita Museu do Índio

As lembranças são muitas. Num ambiente repleto de objetos, sons e imagens indígenas, o decorador Sylvio Dodsworth, 85, recorda seus 13 anos ao visitar o Museu do Índio. É preciso viajar no tempo. No lugar do seu quarto, hoje Sylvio se depara com a sala de leitura da Biblioteca Marechal Rondon.

– É para mim muito importante poder visitar o lugar em que passei parte de minha infância e adolescência, além de rever as árvores que me viram crescer –, diz Sylvio, neto do único proprietário particular do casarão – João Rodrigues Teixeira – falecido em 1895. De 1930 a 1943, morou, na Rua das Palmeiras, junto com sua mãe e irmãos, além da avó, tios e primos.

O decorador lembra que quando chegava de seus passeios noturnos, usava a entrada dos fundos que ficava no porão – hoje, um salão de exposições climatizado. Por um portão, chegava à casa do tio, onde, agora, funciona o Museu Villa Lobos.

– Era comum eu chamar as crianças na rua para jogarmos futebol no campo atrás do prédio. Nos jardins, namoravas as minhas primas – revela o ex-morador. Logo depois da morte da sua avó, Constança Theolinda de Meira Teixeira, em 1942, a casa foi vendida.

Depois desta data, o prédio voltou a ser ocupado pelo Ministério do Interior, que construiu um anexo no lado direito do terreno. Na parte de cima deste anexo, funcionava o Projeto Rondon, enquanto a parte de baixo servia de garagem.

Em 1978, o espaço foi cedido à instalação do Museu do Índio, órgão da Funai, que desde 1990 está subordinado ao Ministério da Justiça. O prédio que abrigava anteriormente o Museu do Índio, no Maracanã, existe até hoje e é administrado pela Companhia Nacional de Abastecimento e o Ministério da Agricultura.

O casarão foi tombado como patrimônio de preservação cultural do País em 22 de fevereiro de 1967. Vinte anos depois, o casarão também passou a ser considerado patrimônio do município do Rio de Janeiro, pelo decreto 6934, de 9 de setembro de 1987.



Sylvio Dodsworth, hoje, no mesmo local, próximo ao busto do Marechal Rondon

A construção do atual museu forma um conjunto arquitetônico com prédios do mesmo período na Rua das Palmeiras e outros no bairro de Botafogo, como a Casa de Rui Barbosa e o Museu Villa-Lobos; e na cidade, como a Casa França-Brasil e o Palácio do Itamaraty.

Arquitetura indígena

Catherine Gallois*

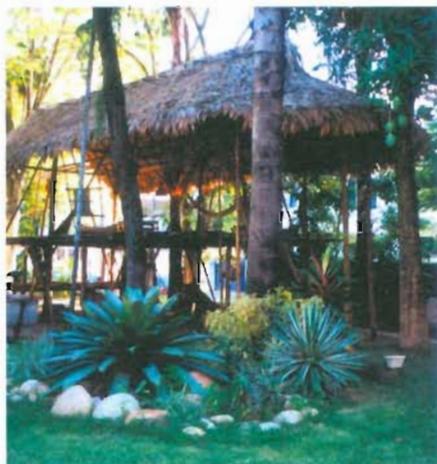
A maior parte dos grupos indígenas vive em habitações construídas com matérias-primas locais que, se não têm a mesma resistência que os tijolos, blocos de concreto e ferragens utilizados em nossas construções, são facilmente repostos e configuram uma arquitetura sustentável. As casas indígenas não teriam, aparentemente, o mesmo 'valor' que as nossas, edificadas para durar mais de 50 anos e serem habitadas por várias gerações.

As casas indígenas continuam sendo chamadas de "choças" ou "malocas", termos preconceituosos ainda usados com frequência, inclusive em textos de imprensa. Remetem à idéia negativa de construções provisórias, toscas, muitas vezes complementadas pela imagem que se tem a respeito do "nomadismo" dos índios. Habitações que não duram, porque os índios "não ficam no lugar".

O desafio para se falar de "arquitetura indígena" é exatamente esse: uma arte de construir habitações que não são feitas para durar, nem para fixar seus moradores no mesmo lugar. Arquitetura é a arte de projetar e construir todo tipo de edifício ou de objeto, e, ainda, conjuntos de edifícios. Falar somente das "habitações" indígenas restringe demasiadamente o que se deve entender como "arquitetura indígena", ou melhor, as concepções do espaço habitado, significativamente diferenciadas entre os grupos indígenas. Cada grupo cria seu espaço, vivenciado-o ao seu modo. Os índios também "projetam" seus espaços e é, nesse sentido, que se pode falar em arquitetura indígena. Arquitetura esta que inclui não apenas as casas. Outros muitos elementos compõem o espaço habitado que cada grupo imagina, calcula e implanta/constrói. Em torno das casas propriamente ditas, há outras construções, objetos, pátios, jardins, roças e, entre todos esses elementos, há caminhos, percursos diversos.

No caso dos Wajãpi que vivem no Amapá, novos espaços são inventados por cada família extensa a cada dois ou três anos, quando se ocupa um novo lugar na floresta, escolhido com muito cuidado. Abre-se uma clareira, fazem-se caminhos, começam a ser concebidas as casas, enquanto a roça já começa a dar seus frutos. E, então, as casas *jura* ou *ywy'o* são construídas lentamente. Enquanto isso, as famílias dormem em pequenas casas, *tapaina*, feitas em poucas horas, estas sim, "provisórias" aos olhos dos Wajãpi.

Estudar arquitetura indígena é estudar o modo como um determinado povo imagina e edifica suas casas, pequenas ou grandes, provisórias ou não. Estuda-se os saberes desses grupos sobre as diversas matérias-primas utilizadas para a construção, as formas como se calculam as dimensões e a estrutura das casas, como se amarram os esteios, as palhas para a cobertura, trançadas com técnicas sofisticadas, como se a casa fosse



Casa JURA (Wajãpi, AP) nos jardins do Museu do Índio

verdadeiramente um "cesto". Mas deve-se olhar para além desses aspectos construtivos, entendendo-se a maneira como são planejadas as aldeias, como são escolhidos os ambientes em que se inserem. "Wajãpi rena" significa justamente "o recipiente dos wajãpi", "o lugar dos Wajãpi", que eles constroem abrindo uma clareira na floresta. Definição esta que indica ao estudioso da arquitetura indígena que ele deve considerar sua inserção em ambientes específicos, assim como todo o sistema de organização social e territorial, diferente para cada grupo indígena. Para tanto, é preciso aproximar da análise arquitetônica os conhecimentos e metodologias de outras disciplinas, como a antropologia e a ecologia, indispensáveis para compreender as formas indígenas de habitar e manejar seus ambientes. O olhar deve estar atento não só às apropriações culturais e espaciais da sociedade estudada, como também às relações sociais e ambientais que lhes são próprias.

No caso dos Wajãpi do Amapá, é a grande mobilidade pelo território que caracteriza o equilíbrio com que essa sociedade vive e se adapta ao meio da floresta tropical.

Ainda há muito o que se trabalhar com o olhar que dirigimos sobre outras culturas para entender outras temporalidades, outras concepções de espaço e de arquitetura.

*Arquiteta e urbanista, autora do livro *wajãpi rena: roças, pátios e casas*.

Patrimônio Nacional

Os conselheiros do IPHAN decidiram em 11 de dezembro que a arte Kusiwa já pode ser considerada patrimônio nacional. A arte dos índios Wajãpi será inscrita no Livro de Registros de Formas de Expressão, que integra o registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. A indicação foi feita pelo Museu do Índio e lideranças Wajãpi estiveram presentes na reunião do conselho. Este é o primeiro processo de registro imaterial indígena. Nas palavras de Pedro Ignácio Schmitz, relator do conselho: "Nenhuma objeção foi encontrada para se registrar como patrimônio nacional um bem específico de uma comunidade indígena. Com isso se reconhece que essas comunidades fazem parte da grande nação brasileira e têm direito à sua própria história e cultura".

Lançamento

Em 20 de dezembro, foi lançado no Ministério da Justiça, em Brasília, e no Museu do Índio, no Rio, o primeiro volume da coleção *Fragments da Memória do Indigenismo Povos Indígenas no sul da Bahia: Posto Indígena Caramuru – Paraguaçu (1910-1967)*. Na ocasião, foi apresentada uma exposição de fotos de Milton Guran. A publicação, organizada pelo Serviço de Estudos e Pesquisa do Museu, é um importante instrumento para a pesquisa sobre a atuação do Serviço de Proteção aos Índios junto aos povos do Sul da Bahia e também fornece dados para elucidar as disputas pela Terra Indígena Caramuru-Paraguaçu.

Kit de Empréstimo

Índios no Rio de Janeiro é o novo kit de empréstimo do Museu do Índio. Reunindo informações sobre a presença indígena no Rio de Janeiro em diferentes épocas, é direcionado para o Ensino Fundamental, mas pode ser adaptado para a Educação Infantil e o Ensino Médio. O kit contém livros, vídeo, mapas, fotos, material impresso com notícias e dicas de onde encontrar mais informações sobre o assunto. A seleção do conteúdo permite uma abordagem multidisciplinar, relacionada sobretudo a História, Música, Artes e Geografia. Informações pelo telefone 2286-8899, ramais 238, 239 e 215, ou pelo e-mail atividades@museudoindio.org.br